

GESTÃO CULTURAL, COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Heliadora Andrade Ramos¹
Frederico Lustosa da Costa²

Resumo: Este artigo discute as relações entre cultura, identidade, comunidade, desenvolvimento e gestão. Busca analisar a gestão cultural, tomando como referência a identidade cultural. São analisadas algumas práticas de políticas culturais de base comunitária no Brasil e no Mercosul, o alcance de sua eficácia e os progressos alcançados na dinâmica cultural das sociedades contemporâneas. Trata-se de examinar um projeto de desenvolvimento regional, cuja mola propulsora é a promoção da cultura em todas as suas dimensões, para discutir as condicionantes culturais e seus limites normativos na promoção do desenvolvimento. Analise o programa cultura viva e sua parceria com a Administração Pública.

Palavras-chave: Cultura; Comunidade; Identidade; Gestão Cultural; Desenvolvimento.

Introdução

O debate político sobre o desenvolvimento dos países da América Latina está apontando para a recuperação de um tema obrigatório relacionado com um futuro mais próspero, distributivo, justo e inclusivo socialmente. Essa compreensão, partilhada por diversos autores e correntes, não é nova.

Na América Latina, vivemos em sociedades pós-coloniais, somos herdeiros de novas formas de colonialismo que são geradas no próprio presente. A questão hoje para discutir está relacionada a descolonialidade do poder, tão ampla que dá grande liberdade para responder. Onde lacunas vem avançando com o desmantelamento da colonialidade do poder aberto, e como falar sobre eles? Qual o papel que as relações de poder neste processo e, especialmente no caso da cultura, que é o que hoje se encontram?

O tema da descolonização e das estratégias de desenvolvimento sustentável impõe aqui uma suscita conceituação de alguns termos, a saber: colonialismo, colonialidade e descolonialidade. Entende-se por colonialismo se constitui na política

¹ Pesquisadora e Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAD) da Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail. ramosbarbara07@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAD) da Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail. fredericolustosa@id.uff.br

realizada pelas potências capitalistas da Europa e posteriormente pelos Estados Unidos da América. Desse modo desenvolveu mecanismos de subordinação econômica e política dos países da América Latina. Ao privilegiar o espaço sobre o tempo, pode-se partir da premissa decolonial de enraizamento, fronteiras e conexões com a vida diária, ainda que sua identidade seja construída e nunca fixa (ESCOBAR, 2011).

Em Dussel (1993) a modernidade eurocêntrica foi inaugurada em 1492, com a “conquista/descoberta” da América e que a opção decolonial deve se desprender daquela identidade política por diferentes tipos e intensidades de decolonialidade. A opção decolonial não é uma verdade imposta; ao contrário, a decolonialidade é uma opção que pode se transformar em universal por meio da transmodernidade e do engajamento de populações. Dessa maneira reconhecem-se as dinâmicas de colonialidade-decolonialidade. (FARIA, 2013).

Numa breve contextualização histórica e teórica, que se demarcaram inicialmente as relações entre concepções sobre América Latina e processos históricos e geopolíticos, indicando-se as principais iniciativas intergovernamentais na região, voltadas para a união e a integração. E partindo da expansão da ideologia americanista que tem como principais pilares da estrutura social e política o estado liberal, a democracia e o ‘progressivismo’ sustentados pela ideologia utilitarista, à economia de mercado e a sociedade de consumo de massa (TOTA, 2000; ALCADIPANI; CALDAS, 2012). A ambiguidade política como fenômeno fundamental no contexto da história americana ocorre num momento marcado pela decisiva presença do mercado mundial, constituído no processo de mundialização da economia.

A colonialidade do poder significa uma “matriz de poder colonial”, que consiste em um conjunto de práticas que, alicerçadas sobre hierarquias baseadas em critérios étnicos e geográficos, serve para definir o lugar de cada povo ou região na divisão internacional do trabalho e justificar práticas de dominação/subordinação (QUIJANO, 2005).

Dentro da estrutura de dominação erigida pela colonialidade, as classificações raciais sempre exerceram papel primordial. Ou seja, classificar seres humanos em diferentes hierarquias conforme a cor da sua pele foi uma prática muito difundida em

toda a história da modernidade europeia, como forma de controlar aqueles que foram classificados em posições hierárquicas inferiores.

Nesse contexto, os investimentos necessários para promover o desenvolvimento não foram suficientes para garantir seu dinamismo e sua sustentabilidade. O desenvolvimento latino-americano, pelo caminho obrigatório da industrialização substitutiva, não logrou eliminar seus profundos desequilíbrios estruturais, não obstante a diversificação, modernização e maior eficiência de seu sistema econômico, e a melhora das condições sociais de sua população, devido à absorção produtiva de uma parcela considerável de sua força de trabalho. (ANDRADE RAMOS, 2017)

Nesse sentido, a presente comunicação pretende aprofundar a análise e discutir os conceitos de cultura, comunidade, identidade e desenvolvimento, a partir da literatura disponível, e assim, contribuir para a construção do conhecimento científico acerca deste campo. A ideia de Cultura como um recurso para a construção de identidades e para o desenvolvimento é um consenso forte o suficiente para sustentar, e tornar visíveis, narrativas sobre o campo cultural. Neste sentido, a discussão apresentada aponta para a necessidade de incorporar a Cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais.

O trabalho tem o propósito de analisar criticamente algumas iniciativas de gestão cultural orientadas para o desenvolvimento local. Esses programas receberam no Brasil e em outros países a designação de Cultura Viva como seu objetivo e colocou a questão como objeto principal na análise da gestão comunitária, tomando como referência a identidade cultural. Este texto está dividido em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta os conceitos utilizados, a saber, identidade. A segunda examina algumas práticas de gestão cultural comunitária referenciada.

1. Cultura e Identidade

Historicizar o conceito de cultura e de identidade possibilita compreender sua transformação ao longo do tempo em suas dimensões antropológica e sociológica, segundo a ótica de autores de diferentes correntes.

A cultura permeia todas as ações da sociedade e, por consequência, todos os programas de governo. Cultura é comportamento; manifesta-se nas mínimas relações do

cotidiano; é postura frente ao mundo. Exemplificando: a organização de um povo para a realização de atividades de interesse coletivo, como a criação de cooperativas, é cultura; a conformidade ou inconformidade com práticas sociais também podem ser manifestações de cultura; assim como o são todas as formas de resistência, o modo de encarar as adversidades, as lutas, individuais ou coletivas, tudo isto são fenômenos de natureza cultural.

Para Williams (2011) ocorreu convergência prática entre o sentido antropológico e sociológico de cultura, por um lado, entendido como “modo de vida global” distinto, dentro do qual se desenvolveu um “sistema de significações”, orientando a atividade social; por outro lado, o sentido mais especializado de cultura, com ênfase em um sistema de significação geral, com “atividades artísticas e intelectuais”. A partir de então incorpora outras “práticas significativas”, desde “a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade”, que constituem esse campo complexo e necessariamente extenso.

A ideia de Cultura como um recurso para a construção de identidades e para o desenvolvimento é um consenso forte o suficiente para sustentar e tornar visíveis narrativas sobre o campo cultural. Ela constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. Dessa forma, alguns princípios devem reger as políticas culturais: a identidade cultural, a criação artística e intelectual, a educação artística e o patrimônio cultural, entre outros. Essas dimensões sugerem a diversidade do campo e chamam a atenção para o plural, dinâmico e interativo da cultura.

A identidade cultural contribui para liberação dos povos; ao contrário, qualquer forma de dominação, a nega e deteriora. Como riqueza que dinamiza as possibilidades de realização, mobiliza, se renova e enriquece, compartilhando valores e tradições. Ao que tudo indica, identidade cultural e diversidade cultural são indissociáveis (CAÑAL,1997). O conceito de identidade tem sido muito discutido ao longo do tempo e, portanto, abriga diversas versões de cunho psicológico, filosófico, antropológico e sociológico. O Estado-nação consolidou-se com a difusão de uma única cultura, tomada como modelo de identidade nacional. Atualmente convive com a fala reivindicatória

daqueles grupos por ele silenciados. Eles exigem a reapropriação dos meios de definição de suas identidades.

Há, no entanto, um movimento de reforço destas e das identidades locais. Neste contexto de negociação surgem identidades culturais em transição, resultantes do diálogo entre diferentes tradições culturais e misturas do mundo globalizado: essas são as novas identidades ou identidades híbridas. (Hall, 2005).

Nota-se que perceber a sociedade multicultural como a justaposição e convivência de etnias ou grupos em determinados espaços urbanos resulta em uma identidade construída socialmente e que desenha escolhas políticas de grupos humanos (CANCLINI, 2004).

1.1 Gestão Cultural

A Gestão cultural é associada a múltiplos significados e nomenclaturas – promoção cultural, gestão de cultura, mediação cultural, administração cultural, gestão das artes. Vista dessa perspectiva, a Gestão Cultural incorpora uma amplitude conceitual extensa, o que implica no fato de a falta de especificidade ser um dos seus principais impasses teóricos (RAMOS; LUSTOSA DA COSTA, 2016)

Debater o que se entende por gestão cultural passa por uma diversidade de concepções, o que aponta para a impossibilidade de considerá-la como neutra. Isso é observado quando se comparam as definições que adotam pontos de vista epistemológicos distintos.

Considera-se relevante também apontar para o conceito da gestão cultural como um conjunto de práticas gerenciais aplicadas ao domínio da ação cultural, referenciadas a um universo específico de valores éticos, estéticos e sociais e no uso de instrumentos e tecnologias apropriadas” (LUSTOSA DA COSTA, 2008).

Ressalta-se ainda que, antes de investigar a gestão cultural na literatura, tinha-se por hipótese inicial uma grande diversidade de práticas que merecem ser consideradas como uma especificidade. Segundo Lustosa da Costa (2008), essas práticas e técnicas podem compreender a concepção e a análise de:

- “formas particulares de conceber a política e planejar a ação cultural;
- modos singulares de dividir o trabalho e distribuir autoridade e responsabilidades entre instituições, pessoas e grupos;
- lógicas próprias de alocação de recursos;

- mecanismos únicos de tomadas de decisão em ambiente de rede e clima de incerteza;
- instrumentos especiais de integração de esforços e de ações;
- métodos específicos de avaliação de resultados e controle social da gestão”.

A gestão cultural pode concretizar-se em diversos campos de aplicação, tais como artes visuais, patrimônio cultural, exposições, indústria editorial, indústria audiovisual, artes cênicas, festivais e eventos, museus e galerias. Tais campos podem apresentar configurações as mais diversas. Esta discriminação não pretende ser exaustiva. Cabe a indagação: como repensar e avaliar a cultura e a gestão cultural em face da evolução do cenário cultural? Há uma necessidade de participação da comunidade na concepção e operação de projetos culturais.

Reforçando o argumento temos que para Roberto Guerra Veas (2016) perceber a gestão cultural como proposta concebe a:

una gestión cultural que abra nuevos espacios y ponga al centro de sus preocupaciones no solo la certeza de la técnica, sino la inquietud de la pregunta, para encontrar respuesta a los desafíos que plantea el desarrollo cultural en nuestros países. Hay allí un hermoso desafío de futuro que requiere el mejor de nuestros esfuerzos. (GUERRA VEAS, 2016)

Completa essa definição as iniciativas dos agentes visam a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável; considera, ainda, política cultural como uma ciência da organização das estruturas culturais que tem como objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam.

Para Canclini (2001), as políticas culturais resumem-se a um

“conjunto de atividades realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”. (CANCLINI, 2001, p. 65).

As discussões suscitadas pelo conceito de políticas culturais estão focadas no campo de atuação dessas políticas e nos agentes envolvidos em sua formulação e prática.

Yúdice (2002) reforça o caráter administrativo e burocrático de uma política cultural:

La política cultural se refiere a los soportes institucionales que canalizan tanto la creatividad estética como los estilos colectivos de vida: é un puente entre los dos registros. La política cultural se encarna en guías para la acción sistemáticas e regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas. En suma, es más burocrática que criativa o orgânica. (YÚDICE, 2002).

Isaura Botelho (2008) reconhece duas dimensões da cultura que deveriam ser consideradas alvo das políticas culturais. A dimensão sociológica, distintamente privilegiada por tais políticas, refere-se ao mercado, à cultura “elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (BOTELHO, 2008, p. 47). Já a dimensão antropológica remete à cultura produzida no cotidiano, representada pelos pequenos mundos construídos pelos indivíduos, que lhes garante equilíbrio e estabilidade no convívio social. Esta última perspectiva apresenta-se como o grande desafio para o alcance dos gestores da cultura. Por sua vez, o reconhecimento do caráter público de uma política cultural se configura como mais um dilema na definição deste termo.

Deixa, portanto, de considerar uma série de ações conexas que, embora façam parte do universo da ação cultural, não constituem atividade gerencial. Estudos recentes mostram que devem ser consideradas formas mais espontâneas e, no entanto, de maior profundidade, nas quais a origem social popular apareça como favorável à adoção de medidas verdadeiramente integradoras. Nos setores pobres da população há maior facilidade na adoção de hábitos de consumo, formas de vida de povos vizinhos ou dos diversos imigrantes.

Por isso, percebe-se na ineficácia da noção de fronteira como autêntica barreira para a integração cultural. O elemento popular é fundamental nessa integração, quando a mesma se opera em profundidade. Neste sentido, nem a fronteira servirá para ilhar, nem a origem popular será um elemento de bloqueio. Do mesmo modo que mencionamos o popular, devem nos referir à poderosa contribuição da mentalidade dos jovens para este esforço integrador.

Há uma inquietude da juventude de distintos setores da sociedade latino-americana, que estão buscando raízes culturais para encontrar uma identidade e adotar medidas que resolvam seus problemas essenciais. Há certo tipo de atitude rebelde e não conformista frente a sociedades demasiadamente rígidas, daí os preconceitos, as formas repressivas e os privilégios de certas minorias. Nessa rebelião juvenil há distintas

maneiras de manifestar-se, já que a contestação pode ser política, social e, muitas vezes, cultural.

A ação cultural articula os processos de mediação entre as práticas culturais e os diversos públicos com os quais elas se relacionam. É a partir desse conceito que se tem o entendimento da gestão cultural e de suas ferramentas que podem potencializar os resultados de ações e projetos, e auxiliar na construção de condições de sustentabilidade, a longo prazo.

De acordo com Teixeira Coelho (2008):

a noção contemporânea de ação cultural é condizente com a visão mais ampla da cultura como ação: o objetivo da ação cultural (a meta de toda política cultural) é a criação das condições para que as pessoas inventem seus próprios fins. (TEIXEIRA COELHO, 2008, P.22).

Cabe ainda ressaltar que estes saberes estariam resguardados por um ambiente adequado à prática e à teoria, capaz de transmitir conteúdos inovadores, alinhado com o meio no qual esta ação é proposta e que, por último, possibilitasse o desdobramento da experiência vivida.

1.2 Cultura Viva

Apoiando-se no pensamento de Célio Turino “Cultura viva comunitária: A política do bem comum”, tem-se que o conceito apropriado seria o de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura que tem como objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e sociedade.

A Política Nacional de Cultura Viva foi criada em 2014 para garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural a partir do Ministério da Cultura, e em parceria com governos estaduais e municipais e por outras instituições, como escolas e universidades. Tornou-se uma das políticas culturais com mais capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura, presentes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de cerca de mil municípios, promovendo os mais diversos segmentos da cultura brasileira.

A Lei Cultura Viva foi o resultado de um intenso processo de escuta e participação social, que envolveu os Pontos de Cultura, parlamentares, gestores

estaduais e municipais, universidades e órgãos de controle. Foram propostos dois novos instrumentos de gestão da política, uma reivindicação histórica dos Pontos: a auto declaração dos Pontos de Cultura, por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural.

Com esse Termo se estabelece um novo instrumento de parceria entre a Administração Pública e os Pontos que receberão recursos, de maneira mais simplificada e adequada à realidade dos agentes culturais.

1.3 Comunidade e Desenvolvimento

A ideia de comunidade tem que responder à singularidade da cidade e gerar seus próprios caminhos. O senso comum acredita que a comunidade está ligada às formas de vida urbana. No entanto, esta observação é inútil se persistirem em imaginar a cidade como uma comunidade enorme; não existe tal possibilidade.

A noção de comunidade inclui, obrigatoriamente, elementos de natureza tanto geográfica, quanto socioeconômica, já que cultura, sociedade e meio ambiente são componentes da realidade absolutamente inseparáveis. Daí porque a definição de comunidade apresenta elementos relacionados a processos migratórios, sociológicos, políticos como também uma unidade social que compartilham algo em comum, como normas. Valores, identidade e lugar em que estão situadas em uma determinada área geográfica, podendo ser em aldeias, bairros ou cidades, além de reunir características diversas e compartilharem do mesmo legado cultural e histórico.

O desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura. Armatya Sen (2000) construiu sua visão alternativa apoiado na convicção de que a promoção do bem-estar (o que se quer afinal com o desenvolvimento) deve orientar-se por uma resposta adequada à pergunta ética por excelência: onde está o valor próprio da vida humana? Na vida de qualquer pessoa, certas coisas são valiosas por si mesmas, como, por exemplo, estar livre de doenças evitáveis, escapar da morte prematura, estar bem alimentado, ser capaz de agir como membro de uma comunidade, agir livremente e não ser dominado pelas circunstâncias, ter oportunidade para desenvolver suas potencialidades.

Para a Unesco, colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável constitui um investimento essencial ao futuro do mundo e é uma pré-condição para processos de globalização bem-sucedidos que levem em consideração o princípio da diversidade cultural. É imperativo integrar sistematicamente as especificidades culturais na concepção, na medida e na prática do desenvolvimento, já que isso garante o envolvimento de populações locais e o resultado satisfatório dos esforços para se atingir o desenvolvimento.

A educação, as cidades sustentáveis, a segurança alimentar, o meio ambiente equilibrado, o crescimento econômico, os padrões sustentáveis de produção e consumo, bem como as sociedades pacíficas e inclusivas, como elementos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) afiguram-se essenciais para atender não apenas à solicitação da Assembleia Geral da ONU e aos órgãos administrativos da UNESCO, mas também à demanda dos Estados-membros em escala nacional.

Pensar o desenvolvimento sustentável significa obter crescimento econômico necessário, garantindo a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para o presente e para as gerações futuras. Portanto, para que ocorra o desenvolvimento sustentável é necessário que haja uma harmonização entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a justiça social (acesso a serviços públicos de qualidade), a qualidade de vida e o uso racional dos recursos da natureza (principalmente a água).

2. Repensando Algumas Práticas

A Política Cultural está diretamente pautada no aparelho governamental e a gestão cultural atua em sintonia com os interesses políticos e econômicos. Atua com influência, servindo de ferramenta de apoio à política cultural dos Estados, onde suas políticas culturais visam à simpatia, influência e, até mesmo, conquista ideológica da população, difundindo não só a cultura, mas o estilo de vida, os valores e as aspirações, criando vínculos e desta forma facilitando as relações econômicas e políticas.

Há clara necessidade de mudança de paradigma, que pode ser significativa para o debate contemporâneo, visto porque recupera os valores culturais como conteúdo prioritário. Deve-se articular o debate teórico acerca do papel da cultura principalmente no momento em que ela se configura como um dos pilares no debate contemporâneo.

2.1 Programas de Base Comunitária

A participação dos cidadãos na cultura dentro de um novo paradigma de construção social envolve gestores culturais na colaboração e na promoção de uma sociedade contemporânea. Para gerir a ação cultural deve-se articular a colaboração, a política cultural, e a Gestão Cultural em si. Isso seria um bom começo para um projeto de grandes proporções e ambições. (TURINO,2010)

É relevante saber que este programa foi criado em 2014, com base na Declaração do II Congresso Iberoamericano de Cultura (São Paulo, 2009) e do Programa de Ação da XXIII Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo (Cidade do Panamá, 2013), e sob as diretrizes da Secretaria Geral Iberoamericana. O Comitê Intergovernamental é formado por representantes da Argentina, do Brasil, do Chile, da Costa Rica, El Salvador, da Espanha, do México, do Paraguai, do Peru e do Uruguai.

Entre os objetivos do programa estão fomentar uma Rede Iberoamericana de Pontos de Cultura; promover intercâmbio de participantes da Política Nacional de Cultura Viva com os de políticas públicas equivalentes nos países iberoamericanos; capacitar gestores públicos para trabalhar com políticas culturais de base comunitária; fortalecer a Rede de Gestores Culturais nos países membros; definir uma legislação específica de políticas públicas em benefício das expressões culturais comunitárias e apoiar a produção e circulação de conteúdos culturais.

Em junho de 2015, em Santiago do Chile, aconteceu a 2ª Reunião do Comitê Intergovernamental do Programa Ibercultura Viva. Participaram da atividade representantes de oito países membros do Comitê, tais como Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Espanha, México e Peru. O objetivo foi debater as ações estratégicas do programa que visa fortalecer o desenvolvimento de políticas culturais de base comunitária.

Guerra Veas (2015) esclarece que:

gestionar en cultura desde el espacio local supone en primer lugar, el conocimiento del contexto donde se sitúa la intervención: sus actores, procesos, sus necesidades y fortalezas, en síntesis, la identidad. Aquello que funda y explica. Dicho conocimiento debe ser el punto de partida de los procesos de planificación del desarrollo cultural en nuestras comunidades.

Decorrem dessa leitura alguns esclarecimentos sobre as dificuldades encontradas, suas experiências, utopias, sonhos e dores. Acredita-se que a participação

cidadã elabora sobre o que foi feito na gestão cultural da comunidade, além de consolidar diálogos com a sociedade civil no Chile.

O Ministério da Cultura do Brasil esteve presente no evento, no qual apresentou as diretrizes da Política Nacional de Cultura Viva, que tem como propósito atender a premissa do desenvolvimento de políticas culturais de base comunitária. A reunião foi fundamental para estreitar relações de cooperação entre os governos e entre movimentos sociais de cultura.

De certa forma, acreditou-se que o Brasil poderia aprofundar os conceitos adotados nos Pontos de Cultura, uma referência em política cultural para vários países da América Latina. O Brasil preside o programa. Os países presentes demonstraram grande interesse pela Lei Cultura Viva, resultado de um intenso processo de escuta e participação social.

Os Pontos de Cultura se tornaram uma referência de política cultural dentro e fora do Brasil, tendo sido adotados em vários países da América Latina, como Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Costa Rica. A auto declaração dos Pontos vai permitir o reconhecimento, o mapeamento e a certificação de entidades e coletivos culturais que queiram se tornar Pontos de Cultura. Os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva inspiraram e contribuíram no desenvolvimento de políticas públicas na América Latina.

Por fim, a 2ª Reunião do Comitê Intergovernamental do Programa Ibercultura Viva aprovou um plano de trabalho para os próximos dois anos, que inclui o lançamento de editais de intercâmbio e a participação de Pontos de Cultura Brasileiros e de outros países ibero-americanos no II Congresso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitária, previsto para acontecer no México/2017.

Para Alexandre Santini (2017), entender a cultura viva comunitária nos permite identificar para construção de um repertório comum afim de se pensar as políticas culturais no contexto latino-americano, no que diz respeito à relação da cultura com temas como identidade, território e comunidade.

Aconteceu em Niterói, em julho de 2017, o 1º Encontro Latino-americano de Comunicação Comunitária, contou com participantes de vários países, como Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia e México, como uma atividade preparatória

para o 3º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária, que será realizado em novembro no Equador.

2.2 Programas orientados para a Integração Cultural do Mercosul

O MERCOSUL indica uma consolidação “na redução das barreiras alfandegárias” e ainda reforça a “responsabilidade de gestão e de produção cultural” por parte do Bloco. Não se trata então apenas do reconhecimento da diversidade das culturas pensadas nacionalmente, mas de uma ampliação deste universo para contemplar a coprodução cultural com interferências de agentes supranacionais e locais.

Tal qual o texto apresenta, seria preciso, entre outras ações, promover diretamente a criação de espaços culturais e de eventos de intercâmbio, o que registra uma mudança em relação a um momento do final do século XX no qual o Estado e os poderes públicos pareciam unicamente se colocar como financiadores ou como agentes passivos diante da discussão da cultura.

A análise até aqui desenvolvida ajuda a compreender por que as políticas públicas para o setor cultural estão mudando, principalmente sobre os dilemas que envolvem a temática da terceirização na cultura, nos países em desenvolvimento. Impõe-se que sejam considerados os aspectos econômicos, sociais e políticos pertinentes, bem como as contradições socioeconômicas e os conflitos de interesses emergentes em escala internacional.

Considerações finais

De acordo com o estudo apresentado pelo Fundo de População Mundial, em 2007, realizado pela Organização das Nações Unidas, atualmente mais de metade da população do mundo vive em áreas urbanas e acredita-se que em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. Uma grande parte das atividades de promoção e gestão cultural concentra-se nas cidades; daí a importância de estabelecer alguns parâmetros para pensar sobre as implicações da cultura na condição de formação do tecido social urbano.

Nesta perspectiva, o tecido social não pode ser reparado, a rede social é criada e recriada na produção contínua de sentidos e imaginar que é onde o tecido social está quebrado e não há como repará-lo, deve-se perguntar a ausência dos sentidos que promove a ligação entre os indivíduos e a presença de sentidos dirige o desacordo. E

aqui reside uma importante advertência: esses sentidos não podem ser predefinidos por instâncias fora do grupo social; o processo de criação, destruição e transformação é próprio do grupo regido por esses sentidos. Neste contexto, as ações de promoção cultural e de gestão operam como agentes externos que pode contribuir para a geração de sentidos, mas eles não podem determinar.

Perceber a gestão cultural de forma sistêmica, em que o todo e as partes têm um diálogo real, significa abandonar a visão cartesiana e passar a uma visão tridimensional de cultura. Esta visão intensifica as ações de cidadania cultural, absorvendo as dimensões simbólica, econômica e cidadã nas políticas públicas de cultura. Por constituir-se em valor simbólico, a cultura abrange cidadania e economia e, em um sentido amplo, envolve as organizações artísticas e culturais e o próprio Mercado. O desenvolvimento da política cultural não deve ser algo lateral, ornamental, para um momento apenas. Ao contrário, deve constituir elemento central no projeto de desenvolvimento do país.

A vida urbana impõe exigências de desempenho cada vez maiores para o indivíduo; mesmo quando ela exige práticas colaborativas para alcançar metas coletivas (inatingíveis para uma única pessoa), o desempenho individual é requerido, obstruindo a percepção de cooperação e ações conjuntas como valor de invisibilidade.

A ideia de Cultura como elemento central na construção de identidades e o desenvolvimento é um consenso forte o suficiente para sustentar, e tornar visíveis, narrativas sobre o campo cultural.

A prática da Gestão Cultural torna mais perceptível o papel da Cultura na construção de narrativas, discursos e na legitimação dos atores sociais envolvidos no processo. Neste sentido, a discussão apresentada apontou para a necessidade de incorporar a Cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais. A compreensão dos impactos relativos à política e à gestão cultural permite entender que as políticas culturais, no Brasil e na América Latina, nos últimos anos, oferecem alguns elementos de análise que exigem um processo contínuo de investigação acadêmica propositiva.

A visão inclusiva e integradora das políticas públicas, que se efetiva pela organização e participação da sociedade civil, parece que coordena um projeto, promove a participação de especialistas em vários campos disciplinares.

A metodologia adotada em projetos deve intervir em um determinado contexto, deve ser considerada no exercício de processos participativos, tornando clara a sua utilidade e relevância.

Referências

- ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. Americanizing brazilian management. *Critical Perspectives on International Business*, v. 8, n. 1, p. 37-55, 2012.
- BOTELHO, Isaura. Para uma discussão sobre política e gestão cultural. São Paulo, 2006. p. 45-60. Disponível em:
www.cultura.gov.br/upload/Projeto_Oficinas_Miolo_1156970790.pdf Acesso em: 08 dez. 2014.
- CAÑAL, Carlos Yanez. Identidad, Aproximaciones al concepto. *Revista Colombiana de Sociologia*, Nueva serie, vol.III. N. 2, 1997
- CANCLINI, Nestor. **Diferentes, Desiguales y Desconectados: Mapas de La Interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2004.
- DUSSEL, E. 1492. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- ESCOBAR, A. Beyond the third world: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004.
- FARIA, A. Border thinking in action: should critical management studies get anything done. *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 277-300, 2013.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2005
- GUERRA VEAS, Roberto. Gestión Cultural, Municipio y Participación Ciudadana. Apuntes Desde La Experiencia. Ponencia presentada en el Segundo Encuentro Nacional de Gestión Cultural realizado en San Pedro Tlaquepaque, Jalisco, México entre los días 15 al 17 de octubre de 2015.
- _____. **Gestión y Autogestión em la Cultural y otros escritos**. Ediciones Egac, Santiago de Chile, 2016.
- LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Cultura e Desenvolvimento: referências para o planejamento regional. **O Público e o Privado**, n. 12 - Julho/Dezembro, 2008.
- ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Relatório Perspectivas da Urbanização Mundial 2014. Disponível em <https://www.unric.org/pt/actualidade/>, Acesso em: 15/01/2018

- QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005
- SANTINI, Alexandre. **Cultura viva comunitária: políticas culturais no Brasil e na América Latina**. Rio de Janeiro, ANF Produções, 2017
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**. Trad: Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
- TEIXEIRA COELHO. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.
- TOTA, A. **O imperialismo sedutor** – a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Os itinerários do MERCOSUL Cultural: dilemas para a territorialização das Missões Jesuíticas-Guaranis. Cadernos PROLAM/USP, Ano 11, Vol. 2, 2012.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- YUDICE, George. **El recurso de la cultura**. Barcelona: Gedisa, 2002